

## **A CRISE ECONÓMICA ACTUAL EM PORTUGAL É DIFERENTE DAS REGISTADAS NO PASSADO**

Há hoje uma tendência entre os chamados “economistas de referência” e também a nível oficial, onde domina o neo-liberalismo, em considerar a crise económica actual semelhante às registadas no passado, e que a ela necessariamente se seguirá, de uma forma automática e inevitável, a retoma económica, consequência do crescimento económico dos “nossos principais parceiros comerciais”. Esse retoma já anunciada no 2º Trimestre de 2005 pelo 1º ministro Sócrates com pompa e circunstância, a lembrar a anunciada por Santana Lopes, quando se verificou um pequeníssimo crescimento económico motivada por aquisições antecipadas de bens duradouros para fugir ao aumento do IVA (quem se lembra ainda das declarações de Sócrates nas televisões?), tornou a ser anunciada agora pelo semanário Expresso de 26 de Novembro com o expressivo título de caixa “JÁ DEMOS A VOLTA”. Infelizmente, tudo isso não é verdade.

Efectivamente, uma análise mais profunda da realidade económica nacional, que não se limite a repetir os slogans habituais do neo-liberalismo, mostra que essas afirmações não têm qualquer aderência à realidade económica actual portuguesa.

O último texto económico publicado pelo Banco de Portugal em Outubro de 2005 – A Economia Portuguesa em 2005 – contém informação que ajuda a uma reflexão e a uma compreensão mais profunda da situação actual da Economia Portuguesa.

### **I- A CRISE ACTUAL É DIFERENTE, PORQUE A CONCORRÊNCIA NOS MERCADOS EXTERNOS É DIFERENTE**

No texto citado anteriormente, o próprio Banco de Portugal é obrigado a reconhecer que “a ausência de uma recuperação sustentada da economia portuguesa na sequência da recessão de 2003 contrasta com a evolução observada nos ciclos económicos anteriores, em que as quedas de actividade foram seguidas de um movimento claro de aceleração do PIB” (pág. 8 do citado estudo). E tudo isto se torna insólito, se recordarmos que recentemente o governador do Banco de Portugal, Victor Constâncio, ao apresentar o seu relatório sobre o défice orçamental afirmava, com aquele ar que o caracteriza as suas intervenções públicas de ser dono das verdades absolutas, que a concentração das prioridades do governo na redução do défice não atiraria o País para a recessão económica. É o próprio Banco de Portugal que vem agora desmentir o seu próprio governador.

E a situação actual da Economia Portuguesa é bem diferente da do passado por diversas razões.

Em primeiro lugar, porque o peso de produtos portugueses de baixo conteúdo tecnológico e baseados em trabalho pouco qualificado e de baixo custo nas exportações portuguesas continua a ser elevado, o que determina que estas exportações enfrentem cada vez maiores dificuldades em concorrer com êxito em mercados a que têm acesso produtos semelhantes de países onde os custos de mão de obra são ainda muito mais baixos, o que não sucedia no passado com a dimensão que já tem actualmente. Esta é uma realidade nova que é esquecida pelos chamados “economistas de referência” nas suas previsões sobre a retoma económica em Portugal. E é esta a razão porque as exportações portuguesas têm perdido quota de mercado mesmo nos países onde se verifica crescimento económico.

Efectivamente como mostram os dados do INE constantes dos dois quadros seguintes, registou-se uma quebra continua nas exportações de produtos com baixo conteúdo tecnológico e baseados em trabalho de baixo custo para os países extra-comunitários, ou seja, para países com crescimento económico superior ao da União Europeia e, conseqüentemente, também de Portugal.

## QUADRO I – Exportações de mercadorias – Milhões de euros

SECÇÕES E CAPÍTULOS DA NC	NORMAL		
	2001*	2002*	2003
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4 996 292</b>	<b>5 234 376</b>	<b>5 446 818</b>
<b>11 Matérias têxteis e suas obras</b>	<b>763 087</b>	<b>778 624</b>	<b>711 667</b>
50 Seda	261	45	458
51 Lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina	16 379	16 747	14 239
52 Algodão	61 503	61 986	63 483
53 Outras fibras têxteis vegetais; fios e tecidos, de papel	769	1 575	1 322
54 Filamentos sintéticos ou artificiais	10 832	10 119	10 516
55 Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	41 993	55 727	47 377
56 Pastas (ouates), feltros, etc; artigos de cordoaria, etc	33 257	31 910	29 220
57 Tapetes e outros revestimentos para pavimentos	7 962	11 685	13 029
58 Tecidos especiais e tufados; rendas; tapeçarias; bordados	6 230	5 642	8 358
59 Tecidos impregnados revestidos, etc; artigos usos técnicos	30 171	29 251	24 527
60 Tecidos de malha	10 862	6 535	9 387
61 Vestuário e seus acessórios, de malha	145 427	163 644	177 416
62 Vestuário e seus acessórios, excepto de malha	121 082	99 808	79 859
63 Outros artefactos têxteis, calçado, chapéus; trapos	276 359	283 952	232 477
<b>12 Calçado, chapéus, guarda-sois, bengalas; etc</b>	<b>145 218</b>	<b>145 889</b>	<b>125 540</b>
64 Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes	140 900	140 290	120 323
65 Chapéus e artefactos de uso semelhante, e suas partes	3 929	5 212	4 914
66 Guarda-chuvas, sombrinhas, bengalas, etc, e suas partes	192	174	115
67 Penas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	196	213	188

Em 2001, as exportações portuguesas de “Matérias Têxteis e suas Obras “ e de “Calçado, chapéus, etc.” para mercados fora da União Europeia somaram 905.305 milhões de euros, o que correspondia a 18,1% das exportações portuguesas para esses mercados, enquanto em 2003 já somaram apenas 837.207 milhões de euros, ou seja, registou-se uma quebra de 15,7% do total das exportações. Em dois anos apenas (2001-2003), as exportações destes produtos registaram uma redução de 86.098 milhões de euros.

Em 2004 e 2005 a redução nas exportações extra-comunitárias destes produtos continuou como mostra o quadro seguinte:

## IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO POR GRUPOS DE PRODUTOS (Extra-25)

## JANEIRO A AGOSTO

GRUPOS DE PRODUTOS	IMPORTAÇÃO					EXPORTAÇÃO				
	2004		2005		TAXA DE VARIACÃO	2004		2005		TAXA DE VARIACÃO
	10 <sup>6</sup> EUROS	%	10 <sup>6</sup> EUROS	%		%	10 <sup>6</sup> EUROS	%	10 <sup>6</sup> EUROS	
<b>TOTAL</b>	<b>6 514.8</b>	<b>100.0</b>	<b>7 565.7</b>	<b>100.0</b>	<b>16.1</b>	<b>3 767.3</b>	<b>100.0</b>	<b>3 854.4</b>	<b>100.0</b>	<b>2.3</b>
1 – AGRÍCOLAS	765.7	11.8	720.2	9.5	-5.9	114.7	3.0	125.4	3.3	9.3
2 – ALIMENTARES	223.6	3.4	209.7	2.8	-6.2	218.1	5.8	225.8	5.9	3.5
3 – COMBUSTÍVEIS MINERAIS	2 107.9	32.4	3 045.4	40.3	44.5	280.1	7.4	318.0	8.3	13.5
4 – QUÍMICOS	321.2	4.9	379.5	5.0	18.2	186.4	4.9	220.8	5.7	18.5
5 – PLÁSTICOS, BORRACHA	115.9	1.8	146.1	1.9	26.1	123.6	3.3	147.9	3.8	19.7
6 – PELES, COUROS	64.7	1.0	62.3	0.8	-3.7	14.8	0.4	14.4	0.4	-2.7
7 – MADEIRA, CORTIÇA	166.2	2.6	159.6	2.1	-4.0	278.5	7.4	255.4	6.6	-8.3
8 – P.CELULÓSICAS, PAPEL	42.4	0.7	43.4	0.6	2.4	166.1	4.4	181.0	4.7	9.0
9 – MATÉRIAS TÊXTEIS	302.0	4.6	279.2	3.7	-7.5	284.7	7.6	257.6	6.7	-9.5
10 – VESTUÁRIO	52.2	0.8	60.2	0.8	15.3	159.1	4.2	127.3	3.3	-20.0
11 – CALÇADO	58.0	0.9	57.2	0.8	-1.4	77.9	2.1	73.5	1.9	-5.6
12 – MINERAIS, MINÉRIOS	65.7	1.0	70.3	0.9	7.0	176.9	4.7	182.5	4.7	3.2
13 – METAIS COMUNS	547.2	8.4	604.8	8.0	10.5	159.8	4.2	168.2	4.4	5.3
14 – MÁQUINAS, APARELHOS	743.0	11.4	807.0	10.7	8.6	991.0	26.3	1 140.3	29.6	15.1
15 – VEÍCULOS, O.M.TRANSPORTE	700.3	10.7	682.2	9.0	-2.6	379.2	10.1	248.2	6.4	-34.5
16 – ÓPTICA E PRECISÃO	119.9	1.8	118.5	1.6	-1.2	33.9	0.9	35.3	0.9	4.1
17 – OUTROS PRODUTOS	119.0	1.8	120.2	1.6	1.0	122.6	3.3	132.7	3.4	8.2

Portanto, entre 2004 e 2005, para os mercados dos chamados países extra-comunitários, as exportações portuguesas de “Matérias Têxteis” desceram 9,5%; as de “Vestuário” 20% e as de “Calçado” 5,6%. Estes dados confirmam a perda de quotas de mercado pelas exportações portuguesas.

Em relação ao comércio comunitário a perda de quota de mercado é também evidente, como mostram os dados do INE constantes do quadro seguinte.

### EXPORTAÇÕES PARA A UNIÃO EUROPEIA

GRUPOS DE PRODUTOS/ /CAPÍTULOS DA NC	EXPEDIÇÃO			VARIAÇÃO
	2001*	2002*	2003*	2001-2003
	VALORES EM 10 <sup>3</sup> EUR			Em %
<b>TOTAL</b>	<b>21.488.997</b>	<b>21.869.994</b>	<b>22.297.898</b>	<b>3,8%</b>
AGRÍCOLAS (1 a 15)	659.866	720.777	713.395	<b>8,1%</b>
ALIMENTARES (16 a 23)	717.316	793.741	848.231	<b>18,3%</b>
COMBUSTÍVEIS MINERAIS (27)	202.267	252.354	305.484	<b>51,0%</b>
QUÍMICOS (28 a 38)	755.916	831.357	936.150	<b>23,8%</b>
PLÁSTICOS, BORRACHA (39 e 40)	788.318	903.697	1.030.310	<b>30,7%</b>
PELES, COUROS (41 a 43)	78.296	84.400	66.811	<b>-14,7%</b>
MADEIRA, CORTIÇA (44 a 46)	836.924	851.999	887.233	<b>6,0%</b>
P. CELULÓSICAS, PAPEL (47 a 49)	1.055.100	1.079.447	1.126.421	<b>6,8%</b>
<b>MATÉRIAS TÊXTEIS (50 a 60; 63)</b>	<b>1.482.176</b>	<b>1.466.573</b>	<b>1.145.891</b>	<b>-22,7%</b>
<b>VESTUÁRIO (61 e 62)</b>	<b>2.779.913</b>	<b>2.657.184</b>	<b>2.695.046</b>	<b>-3,1%</b>
<b>CALÇADO (64)</b>	<b>1.546.823</b>	<b>1.445.268</b>	<b>1.310.465</b>	<b>-15,3%</b>
MINERAIS, MINÉRIOS (25 e 26; 68 a 70)	826.740	851.148	910.620	<b>10,1%</b>
METAIS COMUNS (72 a 83)	1.172.079	1.271.689	1.389.683	<b>18,6%</b>
MÁQUINAS, APARELHOS (84 e 85)	3.918.629	3.960.823	3.934.392	<b>0,4%</b>
VEÍCULOS, O. M. DE TRANSPORTE (86 a 89)	3.812.767	3.740.748	3.813.216	<b>0,0%</b>
ÓPTICA E PRECISÃO (90 a 92)	199.798	236.823	264.883	<b>32,6%</b>
OUTROS PRODUTOS (24; 65 a 67; 71; 93 a 99)	656.069	721.968	919.666	<b>40,2%</b>
<b>Materias Têxteis+Vestuário+Calçado</b>	<b>5.808.913</b>	<b>5.569.025</b>	<b>5.151.403</b>	<b>-11,3%</b>
<b>% do TOTAL</b>	<b>27,0%</b>	<b>25,5%</b>	<b>23,1%</b>	

Fonte : Comércio Internacional - INE

Tudo isto é reconhecido pelo próprio Banco de Portugal, pois na já referida publicação conclui o seguinte: “ No período recente, apesar do crescimento da procura externa ser também significativo, a deterioração da capacidade competitiva da economia tem prejudicado o desempenho das exportações” (pág. 8).

E mesmo em relação aos países comunitários a situação é a seguinte, como reconhece o próprio Banco de Portugal, : “ Apesar do crescimento económico moderado na maioria dos principais países de destino das exportações portuguesas, as importações de mercadorias desses países continuam a crescer a um ritmo forte. No entanto, à semelhança do verificado em 2004, uma parte crescente das importações dos parceiros comerciais da economia portuguesa têm origem nas economias asiáticas e, em enor grau, nos novos estados da União Europeia” (pág. 12).

Assim, “o aumento da concorrência de produtos de baixos custos tem-se traduzido em perdas de quota de mercado nos produtos de baixo custo tecnológico e poucos diferenciados, que mantêm um peso elevado na estrutura das exportações portuguesas”. “A título de exemplo, refira-se o caso dos têxteis e do vestuário, que representam 15% das exportações da economia portuguesa, o dobro do observado para o conjunto da área do euro. Nos primeiros cinco meses de 2005, as importações da U.E. com origem na China, relativas a produtos liberalizados na sequência do fim do Acordo Multi-Fibras em 1 de Janeiro, registaram um crescimento superior a 80% face ao período homólogo de 2004, aumentando a quota do mercado da China, naquele período e para estes produtos, de 11% para 22%”. (pág. 12).

O problema actual da nossa Economia não está na contracção dos mercados para onde exportamos como o governo e os chamados “economistas de referência” neo-liberais pretendem fazer crer, mas fundamentalmente na perda de competitividade relativamente a produtos que agora aparecem nesses mercados provenientes de países de baixo custo (ex. asiáticos) , o que não acontecia no passado, pelo menos com a dimensão actual. Portanto, continuar a apostar em produtos de baixo conteúdo tecnológico e baseados em salários baixos como faz o governo ( a confirmar isso está o constante na pág. 2 do Relatório que acompanha o OE para 2006: “a única forma de manter níveis de competitividade externa capazes de repor as exportações no centro da recuperação da procura é através da contenção das margens de lucro e dos custos unitários do trabalho “), é conduzir o País por um caminho que só o poderá levar ao atraso e mesmo ao retrocesso, com elevados custos sociais e económicos.

## II - A SITUAÇÃO ACTUAL É DIFERENTE PORQUE O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS E AS DESIGUALDADES SOCIAIS SÃO MUITO GRANDES E O PODER DE COMPRA DA MAIORIA DA POPULAÇÃO ESTÁ A BAIXAR

Como escreve o Banco de Portugal no seu estudo sobre a Economia Portuguesa, “ o endividamento do sector privado deverá registar um novo agravamento em 2005, sendo de destacar o aumento estimado em cerca de 6 pontos percentuais do endividamento dos particulares em percentagem do rendimento disponível face ao valor observado em 2004, que era já bastante elevado em termos internacionais” (pág. 8) .

Em percentagem do Rendimento Disponível das Famílias o endividamento das famílias tem aumentado da seguinte forma:

- 2002 : 103% do Rendimento Disponível;
- 2003 : 111% do Rendimento Disponível;
- 2004 : 118% do Rendimento Disponível;
- 
- 2005 : 124% do Rendimento Disponível;

O elevado endividamento das famílias, por um lado, cria dificuldades acrescidas à retoma da economia e, por outro lado, como o próprio Banco de Portugal reconhece determina uma “forte e crescente sensibilidade das famílias portuguesas às futuras alterações das taxas de juro “ (Diário Económico de 7.12.2004).

Efectivamente, se juntar o elevado endividamento das famílias ao aumento reduzido, para não dizer mesmo diminuição do poder de compra da maioria da população, determinada por subidas insuficientes dos salários, e sabido que o aumento do consumo privado tem sido em Portugal, e também em outros países, um dos motores mais importantes do crescimento económico, é fácil de concluir que o crescimento do consumo privado está a médio prazo fortemente limitado. E se juntarmos a tudo isto uma previsível subida na taxa de juros decidida pelo BCE , o que virá agravar a situação financeira da maioria das famílias portuguesas, conclui-se que o País poderá pouco contar com este motor da dinamização da actividade económica, através do aumento do mercado interno, como sucedeu no passado.

## III - O PATRIMÓNIO FINANCEIRO TEM AUMENTADO BASTANTE EM PORTUGAL O QUE É MAIS UM INDICADOR DO AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES

O referido anteriormente é ainda agravado pelo aumento das desigualdades em Portugal. O Banco de Portugal acabou de publicar um estudo sobre a “Evolução do Património das Famílias em Portugal : 1980-2004”, que confirma precisamente aquele agravamento, agora de uma óptica diferente daquela que é normalmente utilizada para o medir.

De acordo com o Banco de Portugal, em percentagem do Rendimento Disponível, os Activos Financeiros das Famílias Portuguesas aumentaram, entre 1995 e 2003, de 212% para 279%. Por outro lado, em percentagem dos Activos Financeiros, entre 1995 e 2003, os “Títulos “ o peso percentual do seu valor passou de 3% para 11%; as “Acções e outras participações” o valor subiu de 25% para 27%; o das unidades de participação em Fundos de Investimento cresceu de 7% para 9% , e o valor das reservas em “Seguros de Vida e Fundos de Pensões” aumentou de 9% para 16%.

Em milhões de euros as percentagens anteriores correspondem aos seguintes valores.

### QUADRO II – Evolução e natureza de alguns Activos Financeiros das Famílias (investimentos em títulos, acções, fundos de investimento, seguras de vida e fundos de pensões)

ACTIVOS FINANCEIROS	Milhões euros		Aumento % 95-03
	1995	2003	
Títulos sem acções	5.575	38.270	586,4%
Acções	46.462	93.936	102,2%
Fundos de investimento	13.009	31.312	140,7%
Seguros vida e Fundos Pensões	16.726	55.666	232,8%
<b>SOMA</b>	<b>81.772</b>	<b>219.184</b>	<b>168,0%</b>
<b>PIB pm</b> (preços de mercado)	<b>79.373</b>	<b>130.855</b>	<b>64,9%</b>
<b>% ACTIVOS FINANCEIROS superior ao PIBpm</b>	<b>3,0%</b>	<b>67,5%</b>	

FONTE : Evolução do Património das Famílias em Portugal:1980-2004

Valores do PIB pm - Banco de Portugal

Entre 1995 e 2003, os Activos Financeiros das famílias portuguesas investidos em títulos, acções, fundos de investimento e em seguros de vida e em fundos de pensões passou de 79.373 milhões de euros para 219.184 milhões de euros, ou seja, registou um aumento 168%. No mesmo período de tempo – 95/2003 – a riqueza produzida anualmente no País, medida pelo PIB, aumentou apenas 64,9%, Isto significa que o crescimento

daqueles activos financeiros foi 2,5 vezes superior ao da riqueza total criada anualmente no País, ou seja, o aumento naqueles activos financeiros foi 2,5 vezes superior ao crescimento verificado no PIB.

Como este tipo de activos são possuídos apenas por uma percentagem diminuta da população, é-se obrigado a concluir que aquele aumento tão elevado nos activos financeiros aplicados naqueles tipos de investimento só poderá resultar, evidenciando também, um agravamento muito grande das desigualdades no País.

#### **IV- A SITUAÇÃO ACTUAL EM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO, TAMBÉM É DIFERENTE**

O investimento estrangeiro tem sido apresentado quer pelo governo quer pelo pensamento económico único dominante nos media, como um potencial motor da modernização do País.

Mas mesmo em relação a este “motor” a entrada para a União Europeia dos 10 novos países alterou a situação como reconhece o próprio Banco de Portugal, ao concluir o seguinte: “ A deslocação de fluxos de investimento directo estrangeiro para os novos Estados-membros da U.E. observada na última década, num contexto em que estes países apresentam níveis de educação da população e custos salariais mais favoráveis e beneficiam de uma localização privilegiada no centro da Europa, estará a afectar negativamente a evolução da quota do mercado portuguesa, em particular em produtos de maior conteúdo tecnológico” (pág. 12).

#### **V- A CRISE ACTUAL DA ECONOMIA PORTUGUESA É ESTRUTURAL, TEM CAUSAS ESTRUTURAIS QUE ENQUANTO NÃO FOREM REMOVIDAS A CRISE NÃO DESAPARECERÁ**

A crise actual da Economia Portuguesa é uma crise estrutural, tem causas profundas, e enquanto estas causas estruturais não forem removidas, a crise continuará arrastando o País para a estagnação e mesmo retrocesso económico.

E essas causas estruturais são nomeadamente as seguintes:

- Uma profunda desigualdade na repartição da riqueza, sendo a mais grave entre todos os países da União Europeia ( a relação em Portugal entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres é de 7,4, enquanto a média na U.E. é de 4,4; parte das remunerações no PIB tem diminuído de uma forma continua atingindo actualmente os 40%, quando a média na U.E. ronda os 50%);
- Investimento insuficiente, mas fundamentalmente de má qualidade (mais de 50% do investimento realizado é na “Construção”);
- Uma politica de crédito por parte da banca orientada fundamentalmente para o apoio ao imobiliário (mais de 60% dos empréstimos), em prejuízo do investimento produtivo e em bens transaccionáveis;
- Uma elevada ineficiência energética ( em Portugal para produzir um euro de riqueza – PIB – gasta-se em média o dobro da energia que é despendida na UE15), o que agrava a factura e a dependência energética do País;
- Um sistema de transporte distorcido, caro e poluente, pois assenta no transporte rodoviário (mais de 93% do transporte interior; o ferroviário representa menos de 7%) e no transporte individual (nas AMLisboa e Porto duplicou nos últimos 10 anos em prejuízo do transporte colectivo);
- Cerca de 80% da população activa tem apenas o ensino básico ou menos, e a população com o secundário não ultrapassa os 11%;
- A baixa escolaridade da população activa está associada a uma qualificação profissional de banda estreita, o que determina que se se perde posto de trabalho verifica-se uma grande dificuldade em encontrar novo emprego, o que provoca uma exclusão social crescente (mais de 40% dos desempregados são desempregados de longa duração);
- Generalizado incumprimento por parte das empresas do direito dos trabalhadores à formação constante da lei (25 horas certificadas em 2005, e 35 horas a partir do inicio de 2006), perante a passividade do governo que nada faz para alterar esta situação grave;
- Perpetuação da baixa escolaridade na população jovem, devido ao elevado abandono escolar (45%, o mais elevado em toda a U.E.25);
- Baixa escolaridade e baixos conhecimentos de gestão da esmagadora maioria dos empresários (os empresários que apareceram na década 1990-2000 têm uma escolaridade média apenas de 7,5 anos), o que dificulta a modernização e a introdução da inovação nas empresas;
- Reduzidas despesas com a inovação a nível das empresas, e reduzida aplicação da investigação pública nas empresas (as despesas com I&D em Portugal têm diminuído, rondando os 0,8% do PIB);
- Privatização das empresas estratégicas, que podiam e deviam ser um instrumento importante da politica económica nacional, o que determinou o controlo da Economia Portuguesa pelos grandes grupos económicos portugueses e estrangeiros e o agravamento do défice orçamental devido às receitas de dividendos perdidas;
- O ataque violento e mesmo ignóbil aos trabalhadores da Administração Pública o que está a levar á sua fragilização e descreditação, e á desmotivação e abandono por parte dos trabalhadores, quando a existência de uma Administração Pública eficiente e moderna, o que só se conseguirá com um profunda envolvimento e participação dos trabalhadores, é um instrumento vital para enfrentar e vencer a grave crise económica e social em que se debate o País.

## VI - O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2006 NÃO RESPONDE ÀS NECESSIDADES DO PAÍS PORQUE CONTINUA A OBSESSÃO PELO DÉFICE, O QUE SÓ PODERÁ LEVAR À ESTAGNAÇÃO E MESMO À RECESSÃO ECONÓMICA

O Orçamento do Estado é um documento que define as prioridades e as políticas do governo. A sua análise leva à conclusão que não vem resolver os problemas estruturais do país, ainda os vem agravar ainda mais.

### 1- UM ORÇAMENTO QUE AUMENTA AS DESIGUALDADES ATRAVÉS DO AUMENTO DA INJUSTIÇA FISCAL

#### QUADRO II –Evolução do peso dos Impostos Directos e dos Impostos Indirectos em Portugal

DESIGNAÇÃO IMPOSTOS	2002	2003	2004	2005	2006	PERCENTAGEM DO TOTAL				
	Estimativa Milhões €	Estimativa Milhões €	Estimativa Milhões €	Estimativa Milhões €	Orçamento Milhões €	2002	2003	2004	2005 €	2006 (O)
IRS	7.413,9	7.110,0	7.535,0	7.750,0	8.287,0	26,4%	25,9%	26,3%	25,5%	25,6%
IRC	4.203,7	3.464,0	3.637,0	3.660,0	3.830,0	15,0%	12,6%	12,7%	12,1%	11,8%
Outros	99,5	101,0	28,0	141,0	25,0	0,4%	0,4%	0,1%	0,5%	0,1%
<b>I.DIRECTOS</b>	<b>11.717,1</b>	<b>10.675,0</b>	<b>11.200,0</b>	<b>11.551,0</b>	<b>12.142,0</b>	<b>41,8%</b>	<b>38,9%</b>	<b>39,1%</b>	<b>38,0%</b>	<b>37,4%</b>
ISP	2.700,0	3.074,0	3.102,0	3.040,0	3.285,0	9,6%	11,2%	10,8%	10,0%	10,1%
IVA	9.813,5	9.812,0	10.388,0	11.600,0	12.585,0	35,0%	35,8%	36,3%	38,2%	38,8%
IA	1.211,0	971,5	1.115,0	1.160,0	1.200,0	4,3%	3,5%	3,9%	3,8%	3,7%
IT	1.117,3	1.240,0	1.145,0	1.215,0	1.325,0	4,0%	4,5%	4,0%	4,0%	4,1%
Selo e Estampilhas	1.192,3	1.337,6	1.430,0	1.465,0	1.525,0	4,3%	4,9%	5,0%	4,8%	4,7%
Outros	286,4	323,5	260,0	335,0	360,0	1,0%	1,2%	0,9%	1,1%	1,1%
<b>I.INDIRECTOS</b>	<b>16.320,5</b>	<b>16.758,6</b>	<b>17.440,0</b>	<b>18.815,0</b>	<b>20.280,0</b>	<b>58,2%</b>	<b>61,1%</b>	<b>60,9%</b>	<b>62,0%</b>	<b>62,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28.037,60</b>	<b>27.433,60</b>	<b>28.640,00</b>	<b>30.366,00</b>	<b>32.422,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

FONTE: 2002: Relatório OE2003, pág. 51; 2003: Relatório OE2004, pág. 60; 2004 e 2005: Relatórios OE2005 pg.51 e OE2006 p81

#### Outras medidas que agravam a injustiça fiscal:

- Aumento dos valores dos escalões em apenas 2,3% => um aumento reduzido dos salários => uma parcela do rendimento dos trabalhadores salta de escalão => paga uma taxa de IRS mais elevada (o aumento para 2,8% determinaria uma redução de IRS avaliada em 28 milhões de euros)
- Redução da dedução específica para os reformados de 8.200 euros para 7.500 euros => aumento de IRS pago pelos reformados em 28 milhões de euros
- Introdução dos PPR's => aumento da despesa fiscal logo no 1º ano de 85 milhões de euros;
- Criação de mais benefícios para os Fundos de Investimento

### 2- UM ORÇAMENTO QUE REDUZ O INVESTIMENTO PÚBLICO

#### FINANCIAMENTO - PIDDAC - Milhões euros

RUBRICAS	2005-OEI		2005-OER		2006-OE		Variação para OE2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	OEI2005	OER2005
Cap.50 -RG	2.603,732	38,7%	2.387,726	36,7%	1.969,263	40,6%	-24,4%	-17,5%
Cap.50 -RP	0,775	0,0%	0,609	0,0%	0,000	0,0%	-100,0%	-100,0%
Cap.50-FC	254,384	3,8%	254,384	3,9%		0,0%	-100,0%	-100,0%
Outras Fontes_FN	1.464,407	21,8%	1.464,407	22,5%	777,328	16,0%	-46,9%	-46,9%
Outras Fontes_FC	2.400,723	35,7%	2.400,723	36,9%	2.106,922	43,4%	-12,2%	-12,2%
<b>TOTAL</b>	<b>6.724,021</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.507,849</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.853,513</b>	<b>100,0%</b>	<b>-27,8%</b>	<b>-25,4%</b>
<b>REPARTIÇÃO</b>								
1-Fontes nacionais	4.068,914	60,5%	3.852,742	59,2%	2.746,591	56,6%	-32,5%	-28,7%
a) OE	2.604,507	38,7%	2.388,335	36,7%	1.969,263	40,6%	-24,4%	-17,5%
b) Outras	1.464,407	21,8%	1.464,407	22,5%	777,328	16,0%	-46,9%	-46,9%
2- Fontes U.E.	2.655,107	39,5%	2.655,107	40,8%	2.106,922	43,4%	-20,6%	-20,6%

Nota: Na pág. 68 do Relatório OE2006 diz-se que o montante de 2006 representa um acréscimo de 1,6% em relação a2005 (1.938 milhões euros)

## 3- UM ORÇAMENTO QUE AUMENTA AS ASSIMETRIAS REGIONAIS

DISTRITOS	PIDDAC- 2001		PIDDAC- Mil Euros			ESTRURA DO PIDDAC			VARIACÃO em %		
	Contos	Euros	2002	2005	2006	2002	2005	2006	2005 /06	2002 /06	2001-2006
Total PIDDAC	1.241.184.050	6.191.000	6.638.990,40	6.724.021,80	4.853.534,00	100,00%	100,00%	100,00%	27,80%	26,90%	-21,6%
Continente	988.609.558	4.931.164	5.334.119,20	6.245.171,90	4.432.080,90	80,30%	92,90%	91,30%	29,00%	16,90%	-10,1%
Aveiro	56.969.245	284.161	285.230,00	254.789,40	219.331,30	4,30%	3,80%	4,50%	13,90%	23,10%	-22,8%
<b>Beja</b>	<b>32.041.415</b>	159.822	186.322,70	134.692,20	91.300,30	2,80%	<b>2,00%</b>	<b>1,90%</b>	<b>32,20%</b>	<b>51,00%</b>	<b>-42,9%</b>
<b>Braga</b>	<b>57.008.218</b>	284.356	358.267,10	182.649,10	110.632,00	5,40%	<b>2,70%</b>	<b>2,30%</b>	<b>39,40%</b>	<b>69,10%</b>	<b>-61,1%</b>
<b>Bragança</b>	<b>24.018.969</b>	119.806	125.062,60	94.710,60	59.149,30	1,90%	<b>1,40%</b>	<b>1,20%</b>	<b>37,50%</b>	<b>52,70%</b>	<b>-50,6%</b>
Castelo Branco	29.052.967	144.916	148.272,60	124.804,80	127.441,10	2,20%	1,90%	2,60%	2,10%	14,00%	-12,1%
Coimbra	39.735.168	198.198	218.163,40	231.777,30	168.737,40	3,30%	3,40%	3,50%	27,20%	22,70%	-14,9%
Évora	26.578.171	132.571	135.804,10	151.890,70	105.687,60	2,00%	<b>2,30%</b>	<b>2,20%</b>	<b>30,40%</b>	22,20%	-20,3%
Faro	48.168.383	240.263	333.701,90	262.267,90	171.856,80	5,00%	<b>3,90%</b>	<b>3,50%</b>	34,50%	<b>48,50%</b>	-28,5%
Guarda	18.574.354	92.648	98.996,60	103.284,20	75.065,90	1,50%	1,50%	1,50%	27,30%	24,20%	-19,0%
Leiria	37.292.274	186.013	150.697,60	120.171,10	91.832,40	2,30%	1,80%	1,90%	23,60%	39,10%	-50,6%
Lisboa	214.783.939	1.071.338	1.233.398,00	1.169.517,30	766.310,70	18,60%	17,40%	15,80%	34,50%	37,90%	-28,5%
<b>Portalegre</b>	<b>17.908.723</b>	89.328	92.316,00	85.972,50	55.641,40	1,40%	<b>1,30%</b>	<b>1,10%</b>	<b>35,30%</b>	<b>39,70%</b>	<b>-37,7%</b>
Porto	168.225.003	839.103	1.022.413,70	1.202.378,60	542.275,90	15,40%	17,90%	11,20%	54,90%	47,00%	-35,4%
Santarém	41.488.336	206.943	199.239,50	233.430,60	150.079,50	3,00%	3,50%	<b>3,10%</b>	35,70%	24,70%	-27,5%
<b>Setúbal</b>	<b>95.271.829</b>	475.214	363.909,10	219.963,30	192.576,40	5,50%	<b>3,30%</b>	<b>4,00%</b>	12,50%	<b>47,10%</b>	<b>-59,5%</b>
<b>V. Castelo</b>	<b>22.098.414</b>	110.226	118.733,70	54.771,40	35.442,60	1,80%	<b>0,80%</b>	0,70%	<b>35,30%</b>	<b>70,10%</b>	<b>-67,8%</b>
Vila Real	26.532.844	132.345	96.044,90	106.341,10	61.379,90	1,40%	<b>1,60%</b>	<b>1,30%</b>	<b>42,30%</b>	36,10%	<b>-53,6%</b>
<b>Viseu</b>	<b>32.861.306</b>	163.912	167.545,70	125.731,40	74.617,40	2,50%	1,90%	<b>1,50%</b>	<b>40,70%</b>	<b>55,50%</b>	<b>-54,5%</b>
RA Madeira	3.070.900	15.318	9.486,70	24.005,70	11.354,80	0,10%	0,40%	0,20%	52,70%	19,70%	-25,9%
V.dist.Continente.		0		1.386.028,30	1.332.727,90	0,00%	20,60%	27,50%	-3,80%		
<b>SOMA</b>			<b>5.343.605,80</b>	<b>6.269.177,60</b>	<b>4.443.440,60</b>	<b>80,50%</b>	<b>93,20%</b>	<b>91,60%</b>	<b>9,10%</b>	<b>16,80%</b>	

**4- UM ORÇAMENTO QUE AGRAVA A DISTORÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTES, PROMOVENDO O TRANSPORTE RODOVIÁRIO E INDIVIDUAL, EM PREJUÍZO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO E EM METRO**

MINISTÉRIO	DESTINO	Transferência Máxima - Mil €	Milhões €	% do TOTAL
6-Obras Publicas	EP- Estradas de Portugal	66.775		
9-Obras Publicas	EP- Construção infra-estruturas rodoviárias	606.071	672.846	90,3%
7-Obras Publicas	Autoridade Metropolitana de Lisboa	783		
8-Obras Publicas	A.M. do Porto	783		
25-Obras Publicas	AM Lisboa- Sistema integrado de Mobilidade	4.215		
26-Obras Publicas	AM Porto- Sistema integrado de Mobilidade	6.443	12224	1,6%
10-Obras Publicas	Porto de Setúbal e Sesimbra/ infra-estruturas portuárias	1.300		
11- Obras Públicas	Porto de Lisboa- Infraestruturas portuárias	3.685		
12-Obras Publicas	Porto de Douro e Leixões	2.518		
13-Obras Publicas	Porto de Aveiro - infra-estruturas	1.518		
14-Obras Publicas	Porto de Sines	900	9.921	1,3%
15-Obras Publicas	Aeroporto de Beja-infra-estruturas aeroportuárias	5.931	5.931	0,8%
16-Obras Publicas	Metro do Porto - infra-estruturas	10.000		
17-Obras Publicas	Metro de Lisboa	<b>5.737</b>		
18-Obras Publicas	Metro do Mondego	1.000		
20-Obras Publicas	REFER - Estudo e projecto Metro Sul do Tejo	2.000	18.737	2,5%
19-Obras Publicas	REFER-Rede Ferroviária Nacional-Infra-estruturas	5.000		
21-Obras Publicas	CP- Material circulante	6.014	<b>11.014</b>	1,5%
22-Obras Publicas	RAVE - TGV - Estudos e projectos	10.000	<b>10.000</b>	1,3%
23-Obras Publicas	Carris, TCPorto, CP, Transtejo, Metro Lx-Modernização	250		
24-Obras Publicas	Transtejo- frota	1.500	1.750	0,2%
27-Obras Publicas	ANAM- Melhoria na segurança Aeroportos	503	503	0,1%
Obras Publicas	Campeonato Mundo Vela -2007	2000	2000	0,3%
<b>SOMA</b>		<b>744.926</b>	<b>744.926</b>	100,0%

**5- REDUÇÃO DAS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO E PARA O ENSINO SUPERIOR NO OE2006**

MINISTÉRIO EDUCAÇÃO	2005 Estimativa - Milhões €	2006 OE -Milhões €	Varição 2005-06
Ensino básico	5.262	5.236	<b>-0,5%</b>
Ministério Educação -Despesa Total	6.102	6.116	<b>0,2%</b>
<b>MINISTÉRIO CIÊNCIA E TEC.</b>			
Ensino superior	1.055	1.067	<b>1,1%</b>
M. Ciência. Tecnologia, Ensino Superior			
Despesa Total	2.088	2.220	<b>6,3%</b>
<b>FUNDOS E SERVIÇOS AUTONOMOS</b>			
Fundação Ciência e Tecnologia ( um saco cor de rosa)	282	325	<b>15,6%</b>
<b>UNIVERSIDADES</b>	1.066	1.085	<b>1,8%</b>
Funcionamento	377	374	<b>-0,7%</b>
Investimento	17	23	<b>34,7%</b>
<b>INSTITUTOS PLITECNICOS</b>	394	398	<b>0,9%</b>
Funcionamento	377	374	<b>-0,7%</b>
Investimento	17	23	<b>34,7%</b>
<b>ACÇÃO SOCIAL</b>	173	162	<b>-6,3%</b>
Universidades	122	112	<b>-8,7%</b>
Institutos. Politécnicos	51	51	<b>-0,6%</b>

Fonte: Relatório do OE2006

**NOTA: No ISEG , 93% das transferências do OE são para pagar salários e 30% das despesas de funcionamento do ISEG são já financiadas pelas propinas pagas pelos estudantes**



**6- A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, ATRAVÉS DAS CHAMADAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS, QUE GARANTEM LUCROS CERTOS E ELEVADOS AOS PRIVADOS À CUSTA DO OE**

ANOS	PPP - Milhões euros		
	Saúde	Transportes	TOTAL
2006	10,5	410,1	420,6
2007	124,7	779,6	904,3
2008	207,3	782,2	989,5
2009	227,3	740,3	967,6
2010	401,9	750,6	1.152,5
2011	437,6	758,1	1.195,7
2012	455,5	704,6	1.160,1
2013	470,1	709,0	1.179,1
2014	486,2	719,7	1.205,9
2015	507,6	721,9	1.229,5
2016	530,7	714,2	1.244,9
2017	355,3	727,1	1.082,4
2018	236,9	703,6	940,5
2019	211,6	711,8	923,4
<b>Subtotal</b>	<b>4.663,2</b>	<b>9.932,8</b>	<b>14.596,0</b>
2020	51,7	697,7	749,4
2021	51,7	694,8	746,5
2022	51,7	692,1	743,8
2023	51,7	689,7	741,4
2024	51,7	625,4	677,1
2025	51,7	610,0	661,7
2026	51,7	485,3	537,0
2027	51,7	406,5	458,2
2028	51,7	398,0	449,7
2029	51,7	347,5	399,2
<b>TOTAL</b>	<b>5.180,2</b>	<b>15.579,8</b>	<b>20.760,0</b>

NOTA : TGV e OTA também vão ser entregues a privados através de PPP

- 7- A CONTINUAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS MAIS RENTÁVEIS AGRAVANDO O DÉFICE ORÇAMENTAL**
- Empresas de energia, pasta de papel, transportes e comunicações
  - Receita prevista em 2006 : 1.600 milhões de euros
- 8- UM ORÇAMENTO QUE CONTINUA O ATAQUE CONTRA OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- Orçamentos para aumentos salariais : + 1,9% do que a despesas estimada em 2005;
  - Transferência de milhares de trabalhadores para o quadro dos indisponíveis;
  - Um regime de excepção de segurança social que viola direitos já formados por tempo de serviço realizado até 2005, mais desfavorável para os trabalhadores que se aposentem até 2015, e que determina carreiras longas para quase todos os trabalhadores (57,6% terão de fazer mais de 40 anos de serviço para terem direito à pensão completa, 27,5% terão de trabalhar para além dos 65 anos e 17% embora trabalhando até aos 70 anos não terão direito à pensão completa.
- 9- UM ORÇAMENTO QUE ASSENTA NA OBSESSÃO DO DÉFICE, QUE VAI EXIGIR PARA QUE A REDUÇÃO DO DÉFICE SEJA CUMPRIDA, MAIS REDUÇÕES DE DESPESA NO INVESTIMENTO, NAS FUNÇÕES SOCIAIS E COM OS TRABALHADORES**
- A quebra no crescimento económico em relação ao previsto determinará uma redução nas receitas fiscais previstas;
  - O aumento da taxa de juros determinará que os encargos com a dívida pública aumentarão
  - O ministro das Finanças já veio dizer que se a evolução futura estivesse abaixo do previsto no OE, teria de tomar mais medidas restritivas para respeitar o défice de 4,2%
  - Estas medidas só poderão ser ou aumento dos impostos, ou então ou redução das despesas com as funções sociais (Saúde, Educação, etc.) ou com o investimento, ou com pessoal.

**VII –É NECESSÁRIO UMA POLITICA DIFERENTE DE RUPTURA COM A OBSESSÃO DO DÉFICE**

- 1- O Orçamento do Estado é um documento que define as prioridades e políticas do governo. É evidente que se a prioridade for a redução do défice, ou seja, a obsessão do défice todas as políticas terão como objectivo alcançar aquela prioridade.
- 2- No entanto, se a prioridade for a redução do défice orçamental, a diminuição das desigualdades; o crescimento económico; o aumento da competitividade; o aumento do investimento, quer em termos quantitativos quer qualitativos; o combate ao desemprego e à pobreza; o aumento do nível de escolaridade e da qualificação profissional; a inovação; etc., etc., passarão para segundo plano.
- 3- E os resultados são inevitáveis e estão à vista: redução do investimento; estagnação e recessão económica; divergência relativamente à U.E.; aumento das desigualdades e da pobreza; redução do poder de compra e da parte dos salários no PIB; aumento rápido do desemprego; agravamento do desequilíbrio externo; perda de competitividade da economia;

**TAXAS DE VARIAÇÃO REAIS**

	2003	2004	2005					2006
	OE 2006		OE 2005	Relatorio Constancio	PEC 2005-09 Jun - 2005	OE 2006	Relatorio BP Outono-05	OE 2006
<b>PORTUGAL</b>								
<b>PIB</b>	<b>-1,2%</b>	<b>1,1%</b>	<b>2,4%</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,3%</b>	<b>1,1%</b>
C.Privado	-0,4%	2,5%	2,3%	2,1%	1,7%	2,3%	1,9%	1,3%
C. Publico	0,3%	0,9%	0,0%	1,1%	0,6%	0,8%	1,1%	-1,3%
<b>Investimento</b>	<b>-10,1%</b>	<b>1,3%</b>	<b>5,2%</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,1%</b>	<b>-2,1%</b>	<b>-2,8%</b>	<b>1,7%</b>
Proc.Interna	-2,5%	2,1%	2,4%	1,5%		0,9%	0,7%	0,9%
<b>Exportações</b>	<b>4,5%</b>	<b>5,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>3,8%</b>	<b>3,3%</b>	<b>1,2%</b>	<b>0,7%</b>	<b>5,7%</b>
Proc.Global		2,8%	3,3%	2,0%			0,7%	
Importações	-0,7%	7,4%	5,6%	4,7%	4,0%		1,7%	4,2%
Defactores								
PIB		2,4%	2,3%	2,4%		2,6%		2,3%
Cons.Privado		2,5%	2,0%	2,1%		2,3%		2,3%
IHPC		2,5%						
EMPREGO								
Taxa Emp.TOT						0,1%		0,6%
Taxa Desemprego						7,4%		7,7%

**ECONOMIA MUNDIAL**

<b>PIB</b>	4,0%	5,1%			4,3%	4,3%		4,3%
------------	------	------	--	--	------	------	--	------

**ECONOMIA UE25**

<b>PIB</b>	1,3%	2,5%			1,8%	1,2%		2,1%
------------	------	------	--	--	------	------	--	------

**CONCLUSÕES :**

- (1) Inconsistência das previsões que são alteradas significativamente quase todos os meses;
- (2) A economia mundial está a crescer o dobro da Economia da União Europeia, esta mais do dobro da Economia Portuguesa.
- (3) Esta evolução tanto da Economia Mundial, como da U.E., como da Economia Portuguesa levanta naturalmente serias dúvidas sobre a correcção da política económica seguida tanto na U.E. mas sobretudo em Portugal que é uma política centrada na obsessão do défice

**VIII – CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES E POLITICAS QUE SIRVAM O PAÍS****1- A PRIORIDADE DA POLITICA E ORÇAMENTAL**

- a. Deverá deixar de ser a obsessão do défice
- b. Deverá passar a ser uma melhor repartição da riqueza, o aumento da competitividade, a redução do desequilíbrio externo e o crescimento económico. Para alcançar este objectivo haverá que:
  - i. A redução da injustiça fiscal;
  - ii. Uma política de remunerações que garanta um crescimento gradual para níveis médios da U.E. da parte que representam no PIB dos actuais 40% para cerca de 50%;
  - iii. Um combate eficaz à pobreza e o aumento significativo e gradual das pensões mínimas;
- c. Deverá centrar-se no combate ao desequilíbrio externo, nomeadamente da Balança Comercial, e ao aumento da competitividade da Economia Portuguesa;
- d. Um esforço muito grande para aumentar rapidamente o nível de escolaridade e de qualificação dos activos, um combate eficaz ao abandono e insucesso escolar, e uma discriminação positiva, em termos de apoio do Estado, em relação ao ensino científico e tecnológico que é aquele que o País mais precisa para se desenvolver;
- e. Um Plano de emergência para a formação e qualificação dos empresários portugueses, cuja baixa qualificação e escolaridade constitui um obstáculo importante à modernização das empresas, ao aumento da produtividade e competitividade;
- f. Plano de emergência visando criar as condições para o cumprimento efectivo do direito dos trabalhadores à formação constante na Lei (20 horas em 2005 e 35 horas a partir do início de 2005);
- g. O aumento significativo do investimento público e nomeadamente de qualidade;
- h. A substituição de megaprojectos faraónicas por projectos que promovam o aumento sustentado e rápido da produtividade e da competitividade;
- i. Combate à ineficiência energética, o que passa também pelo combate à distorção que existe no sistema de transportes públicos;
- j. Planos de emergência para os sectores produtivos que estão a ter maiores dificuldades em enfrentar a concorrência asiática e a dos novos Estados – membros (têxteis, calçado, pedreiras, moldes, etc.);
- k. Uma política de inovação que permita uma conjugação de esforços público-privado, o que passa pela obrigação dos privados em participarem para um Fundo de Inovação com 1% do VAB das empresas, sendo esse fundo aplicado em projectos de inovação de aplicação nas empresas.